

CAPÍTULO III - SEMÂNTICA E POLÊMICA: NAS IMEDIAÇÕES DO DISCURSO

Toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. (Pêcheux, 1975:213)

3.1 Nas veredas do discurso

As práticas discursivas resultam em dimensões semânticas que envolvem *o discurso da negritude* e, de certo modo, levam a pensar nas acepções “discurso” e “negritude” como forma de delinear o percurso a ser seguido durante o desenvolvimento deste trabalho. Pode parecer redundante falar de *dimensões semânticas do discurso*, uma vez que este se consubstancia justamente pelas relações de sentido(s) de um dado enunciado em determinadas condições sócio-históricas de produção. Entretanto, é nas linhas que envolvem os embates e as relações de sentidos que está o discurso, de sorte que a semântica está no/para o discurso disposta em seu âmago, em suas extremidades, em suas intersecções internas e externas, em interações *endofóricas* e *exofóricas* descontínuas.

Essa ausência de continuidade do processo interacional deixa marcas, pistas, interpretações e possibilita a apreensão de uma *semântica global*, que intervém no estudo de relações complexas na enunciação, as quais estabelecem uma ponte entre o que foi dito, o que foi compreendido, o que pode ser dito e o que está entre o *já-dito* e o *dizer*, e aqui recorreremos aos termos colhidos da *Filosofia da Linguagem* por Ducrot (1972 e 1988) e arriscamos inserir entre eles o *dever* e a *reificação*, como elementos necessários para a observação dos efeitos de sentido discursivos.

Todos os elementos que levam aos efeitos de sentidos de um dado discurso estão inter-relacionados, por essa razão, iniciamos com o conhecimento das condições sócio-históricas de produção, vida e obra do escritor de *Vencidos e Degenerados* como forma de distinção dessas marcas reveladoras do *discurso da negritude*.

Outra coisa: o enunciador é do discurso. Da obra é o escritor. Verifique outros parágrafos.

“Negritude” aqui deve ser entendida, a partir dessa interrelação, na amplitude dos níveis político, ideológico, filosófico e cultural em suas múltiplas acepções, pois, consoante Munanga (2012), o termo no decorrer da História, assume uma variedade de concepções de caráter biológico ou racial, conceitual, psicológico e cultural. Munanga (2012:57) salienta que

há cerca de 70 anos nascia a negritude, enquanto conceito e movimento ideológico. Nesse período muito se escreveu sobre o assunto. Várias interpretações, às vezes ambíguas, foram formuladas, de acordo com o dinamismo da realidade do mundo negro no continente africano e na diáspora.

Esse dinamismo, segundo o estudioso, está intimamente relacionado a diferentes aspectos da cultura e da identidade negra no Brasil e no mundo.

Construiremos um percurso teórico e prático dentro dos pressupostos da AD para o entendimento dos diferentes interdiscursos, que poderão intervir nas redes semânticas que compõem o *discurso da negritude*.

Se pensarmos na expressão “discurso da negritude”, a partir de nossas experiências particulares ou do senso comum é, aparentemente, evidente que trataremos de questões que envolvem *preconceito, raça, escravidão e direitos humanos*, por exemplo; todavia, a AD lida com embates e relações discursivas não tão óbvias, relações de poder, responsáveis pelos sentidos imanentes dados ao discurso, os quais estabelecerão e demonstrarão as camadas interdiscursivas de um *já-dito* linguístico e histórico, não o contrário.

Assim, nosso *corpus* de análise, *Vencidos e Degenerados*, de José do Nascimento Moraes, será o porta-voz do *discurso da negritude* que emana não somente do Brasil e do mundo, mas especificamente de terras maranhenses e, ao mesmo tempo, pode estar carregado de vozes seculares de um discurso constituinte maior, do qual poderão aflorar essas e outras questões, incluindo-se aí, a própria língua.

Já o termo “discurso” não é considerado aqui como sinônimo de texto, como alguns estudiosos tentam apregoar, ainda que os aspectos estilísticos, um dos elementos integrantes do discurso literário, formem parte de uma nuance no caminho de nossa análise. Não é esse nem o propósito, nem é essa a concepção de discurso sobre a qual apoiamos nossa análise.

Neste capítulo, dedicaremos nossa atenção à AD para introduzirmos os primeiros conceitos que interessam para o discernimento conceitual de discurso nesta

pesquisa, pois, de acordo com Pêcheux (1984), o campo da Análise do Discurso determina espaços discursivos não estabilizados, atravessados por domínios discursivos importantes como o filosófico, o sócio-histórico, o político ou o estético.⁵⁴

Esse campo de análise apresenta peculiaridades importantes, que merecem destaque para a extrapolação deste primeiro movimento reflexivo: em primeiro lugar, a AD tem como particularidade ser interdisciplinar, fato que corrobora nossa análise do *discurso da negritude*, uma vez que as concepções de *negritude* variam de acordo com o discurso vigente. É necessário entendê-lo, a partir de diferentes perspectivas teóricas, o que não somente se coaduna com a AD, como valoriza essa perspectiva, pois utilizaremos, para a análise, estudiosos da História do Brasil e da África, bem como, antropólogos e sociólogos; em segundo lugar, está no cerne da AD o conceito de formação discursiva (FD), que vem a ser, em síntese, o agrupamento de relações (inter)discursivas em determinada condição sócio-histórica de produção, cuja análise dos efeitos de sentido deve abarcar a semântica global.

Cabe assim, delimitar o território teórico-metodológico por que enveredaremos na análise das estratégias discursivas do *corpus*, bem como as categorias necessárias para chegarmos à análise da *paratopia*, da *proxêmica discursiva* e do *discurso da negritude* propriamente dito.

3.2. Nosso latifúndio: a Análise do Discurso

Os estudos linguísticos tornaram-se um vasto campo teórico, de possibilidades infinitas em todos os campos específicos da linguagem, converteram-se em um conglomerado de teorias que surgem com a *Antiga Retórica*, passam pela *Filosofia da Linguagem* e chegam à atualidade expandindo-se em diferentes vertentes teórico-metodológicas. Entretanto, cada uma delas traz em si problemáticas, que ampliam suas fronteiras aos limites da *Pragmática*; assim, seja em nível fonético, morfológico, sintático, semântico, enunciativo, textual, discursivo, semiótico ou muitos outros, os territórios investigativos são amplos; por isso, começamos esta seção com a metáfora do latifúndio para delimitar o espaço por que e com que encaminharemos nossa análise.

A AD não é apenas uma parte desse imenso conglomerado, mas um espaço amplo de possibilidades de exploração ainda em desenvolvimento, que faz uso *ad hoc* dos conceitos pré-existentes das múltiplas áreas de conhecimento para redimensionar

54 Michel Pêcheux em artigo publicado na revista *Mots*, n. 9, em outubro de 1984, sob o título *Sur Les contextes épistémologiques de l'analyse de discours*, afirma que:

“Le champ de l'analyse de discours, à l'inverse, se détermine par celui des espaces discursifs non stabilisés logiquement, relevant des domaines philosophique, socio-historique, politique ou esthétique, et donc aussi des multiples registres du quotidien non stabilisé” p.11.

e delimitar possibilidades de análise sob uma perspectiva interdisciplinar.

Na França de 1965, a AD é ferramenta metodológica de múltiplos universos de conhecimento como a Linguística, a História e a Psicologia. Muitos conceitos apareceram no interior da Análise do Discurso de linha francesa, principalmente, a construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos.

Ao longo dos anos 70, pela convergência das referências às questões filosóficas e políticas, pelo desenvolvimento dos estudos pragmáticos e semióticos, a análise da materialidade discursiva ganha novo rumo, pois o analista do discurso

supõe que um sentido oculto deve ser captado, o qual, sem uma técnica apropriada, permanece inacessível.[...] Entretanto, como lembra M. Pêcheux (outro teórico da ADF), 'a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito [...]. O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal. (MAINGUE-NEAU,1997:11)

É de conhecimento de linguistas que a AD surge, a partir da crise epistemológica da Linguística, em 1960, com as reflexões, sobretudo, de Michel Pêcheux, que revê questões importantes no âmbito discursivo como a subjetividade e a ideologia, renegadas pelas teorias estruturalistas até aquele momento.

Para Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, ambos estão circunscritos na História e na língua, e deles se depreendem. Por isso, há *formações ideológicas e formações discursivas* identificáveis pelas relações sociais de dominação e assujeitamento. E essa visão reflete uma crise, que não é privilégio da Linguística, pois, na verdade, as ciências humanas, de um modo geral, vivem um momento de crise e transformação em todas as áreas do saber.

Crise pressupõe controvérsia e cisão, logo, há objeções variadas em relação ao surgimento dos estudos discursivos. No que se refere a Pêcheux (1975), basta visualizar a trajetória de suas contribuições para verificarmos seu papel. O fato de surgir na década de 60 do século XX permite-nos estudar os princípios epistemológicos que servem de base à AD. São quatro caracteres que nortearam as ideias surgidas nesse período: o materialismo histórico, a ciência linguística (sintaxe e enunciação), a teoria do discurso (processos semânticos) e a psicanálise lacaniana. Naquele momento, principalmente na França, ainda permaneciam misturadas as preocupações científicas e as políticas.

Esse quadro explica porque, no início, a AD foca sua atenção na formação ideo-

lógica, que era reconstituída na formação discursiva (FD) manifestada em discursos políticos e na fala social. Para Maingueneau (1997), ciência e militância se fundiam.

Contribuíram para esses fundamentos as influências de Althusser (1998) e de Foucault (2004-2005a), com a publicação da sua obra “Arqueologia do Saber”. O primeiro desenvolveu sua pesquisa com base nas relações entre texto e ideologia, e o segundo na concepção de discurso como produto organizado dentro de instituições sociais, considerado como dispersão. Assim, há uma tendência em selecionar *corpora* políticos ligados a esse à essas relações. Simbolicamente, no século XX, entre as décadas de 60 a 80, os estudos de Althusser (1998), Pêcheux (1975) e Foucault (2004-2005a) traçam um discurso científico inaugural, pois toda nova teoria ou metodologia surge em consequência de concepções já existentes que formam uma rede de discursos.

Guilhaumou (2009) estuda os laços entre História e Linguística e chama atenção para essa crise, reflexo das novas concepções ou revisões científicas, que culmina no que ele denomina *Linguistic Turn*, impulsionado a princípio no mundo germânico e anglófono, os quais reverenciam a tomada do discurso como objeto da História e posicionam-se a partir de duas perspectivas a *história languageira dos conceitos* e a *história dos acontecimentos discursivos* para a análise dos efeitos de sentidos a partir das condições sócio-históricas de produção e da sucessão de acontecimentos históricos, analisados sob uma perspectiva discursiva.

Destarte, as ciências humanas colocam em xeque as metodologias analíticas de conceitos, contestam a linearidade e partem para uma análise mais empírica. Passam a considerar a intersubjetividade dentro do processo científico histórico e linguístico.

Foucault (2005a), no início da obra *Arqueologia do Saber*, questiona a metodologia da História tradicional que pretende imprimir sucessões lineares e nega a descontinuidade e os múltiplos fatores que envolvem a análise de um fato histórico. O autor apresenta, então, uma reflexão sobre os axiomas que envolvem a História tradicional para, a partir da História do Conhecimento, da Ciência e das Ideias, propor uma reflexão maior, menos estrutural, em que o foco seriam as noções *de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite e de transformações*.

Essas noções fundamentais são relevantes para os estudos da AD e seus princípios metodológicos, uma vez que, para analisar o conceito de formação discursiva e discurso, introduzidos pelos autores citados, é preciso ter ciência de que a crise teórica lança o olhar sobre aquilo que não pode ser escandido ou segmentado de maneira fechada, o sistema discursivo sob uma perspectiva assistemática, em que essas noções se fazem presentes na reorganização semântica e na apreensão dos significados possíveis dentro de determinadas ideologia e condições sócio-históricas de produção. Ou seja, o âmbito discursivo reflete essas noções, de forma que cumpre à análise estabelecer os parâmetros que possam designar “regularidades”, as quais denotem as características de um discurso.

Para Foucault (2005a:48), “o discurso é algo inteiramente diferente do lugar em

que vem se depositar e se superpor, como em uma simples superfície de inscrição, os objetos que teriam sido instaurados anteriormente”. Ou seja, o discurso interpõe-se numa esfera maior e múltipla, acima da superestrutura textual, acima do suporte genérico e da limitação temática.

O discurso é a instância por excelência, onde se armam embates, confluências, resistências, relações de poder e desejo; não se resume à tradução dos aspectos da vida social, mas sim, ao local mesmo onde eles se dão, daí sua materialidade. Foucault (2005a) concebe a FD como prática institucional, que revelam as condições de produção, segundo uma série de dispositivos identificáveis. Com Foucault (2004), nota-se muito claramente que as condições de produção do discurso são intrínsecas ao próprio discurso; não estão, além ou aquém dele; é na própria estrutura da formação discursiva que se pode apreender suas intenções e os termos de seu engendramento. Assim,

em toda sociedade a produção do discurso está controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função excluir poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade
(FOUCAULT, 2004: 34).

A contribuição de Foucault (2005a) pauta-se em sua análise da construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento, no funcionamento do discurso na mudança social, e na constituição do discurso como “saber” arqueológico e genealógico. Dos estudos arqueológicos, ressalta como principais contribuições: *a formação discursiva e suas regras, a visão constitutiva do discurso em várias dimensões* (os objetos de conhecimento, os sujeitos e a formação do “eu”, as relações sociais e as estruturas conceituais), e *a interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição*. A questão arqueológica mantém os referentes discursivos, enquanto a genealogia a transforma. Esses aspectos interrelacionam-se e contribuem para a construção de identidades e ideologias sociais.

Conein, Guilhaumou e Maldidier (1984), em artigo intitulado *L'analyse de discours comme contexte épistémologique*⁵⁵, ressaltam a importância da “materialidade discursiva” e reiteram essa crise epistemológica, que surge a partir de Pêcheux (1975) e Foucault (2004, 2005^a e 2005^b). Destacam, no universo dos estudos históricos e linguísticos, algumas perspectivas para as análises e leituras históricas, sociológicas, filosóficas e linguísticas: a problemática da arqueologia do discurso, a questão da formação discursiva e a perspectiva de leitura do *corpus*.

O *corpus* começa a ser visto como um elemento heterogêneo e aberto, em que o analista trabalha no sentido de buscar regularidades, que propiciem enquadrá-lo em

⁵⁵ In: Mots, Outubro, 1984, N. 9, pp. 25-30. Disponível em: www.persee.fr. Acesso em: 10 nov. 2012.

determinada FD, por uma série de critérios, e não mais limitam o objeto à seriação de acontecimentos. Conforme Conein, Guilhaumou e Maldidier (1984), com o empréstimo da noção de FD da arqueologia foucaultiana, a AD rapidamente associa a ideia de mecanismos semióticos condições de produção para determinar, a partir “daquilo que aparentemente foi dito”, enunciados originais, de acordo com a posição dos enunciadores, o que altera fundamentalmente a análise dos *corpora*⁵⁶ linguísticos.

A grande questão, na ocasião, era estabelecer categorias de análise que permitissem a manutenção da cientificidade sem incorrer em uma hermenêutica vazia e fugir da enumeração léxica, da busca por uma origem verossímil, para passar a um nível de análise que subjaz a isso, sem deixar de lado o enunciado e seus caracteres superficiais para a análise dos efeitos de sentido.

Guilhaumou (2009) salienta que a noção de formação discursiva e interdiscurso muda a perspectiva de estudos do discurso na França: tais discussões tornaram-se mais veementes no *Colloque de lexicologie politique*, em que os estudos ainda eram distribucionais, pautados na Linguística Norte-americana. Essas noções incorporam a AD como objeto da História e fazem com que historiadores, linguistas, filósofos e sociólogos questionem e revejam seus objetos de estudos, respectivamente. Para Conein, Guilhaumou e Maldidier (1984), isso já teria se iniciado com Pêcheux, que apresenta um questionamento sobre as práticas de descrição linguística, a partir da análise dos interlocutores: afinal, com o que estaríamos lidando? Certamente, nem com o sujeito hermenêutico, nem com o sujeito científico, nem com a concepção da Filosofia Clássica. Com o que estamos lidando?⁵⁷

A esses questionamentos todos, uma resposta, até certo ponto segura, é a de que lidamos com assuntos específicos da linguagem e do conhecimento, os quais estão imbricados, reconstituem e integram a História Universal. E, para analisar cientificamente fatos e ações, a partir de uma perspectiva linguístico-histórica, pressupõe-se ter a consciência de que sempre haverá descontinuidade e transformações. As ordens discursivas concretizam a heterogeneidade social, seus elementos estão relacionados em redes sociais e são determinados por regras e rituais pertinentes ao próprio grupo social.

⁵⁶ Na leitura do artigo é possível perceber que com a AD há uma reconfiguração das perspectivas de análise dos enunciados. Conein, Guilhaumou e Maldidier (1984:28) afirmam que:

En empruntant à l'archéologie foucauldienne la notion de formation discursive, l'analyse de discours avait très vite (trop vite) fait dériver cette notion vers l'idée d'une machinerie sémiotique coïncidant avec des «conditions de production» venant déterminer «ce qui peut et doit être dit», donc vers l'idée d'une structure-origine d'énonciations, sans position d'énonciateur »

⁵⁷ Idem, p.30. Após larga explanação sobre os princípios da AD, os autores encerram com esta inquietação:

M. Pêcheux entrevoyait là un effet d'une démarche qui nous interrogeait tous dans nos nouvelles pratiques de description. A quel sujet désormais avons-nous affaire? Certes, ni au sujet hermeneutique de l'historicité, ni au sujet scientifique de la positivité, ni au sujet de la philosophie classique. A quel sujet donc?

Maingueneau (1997) salienta que, ainda que uma “conversa de bar” possa ser analisada como discurso por algumas vertentes da AD, existem diferenças entre a Anglo-saxã e a Análise do Discurso de linha Francesa, e é importante considerar os aspectos que as diferenciam, pois, Anglo-saxã, de origem antropológica, descreve e orienta a imanência do objeto, pautada no Interacionismo (Psicologia e Sociologia), e se detém no estudo da oralidade, voltada a propósitos comunicacionais. Já a AD de linha francesa, de origem linguística, relaciona-se aos gêneros do discurso:

- *no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação;*
- *nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc;*
- *que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado.”(MAINGUENEAU, 1997:13-4)*

Sabemos que uma determinada FD integra o seu inverso, de forma a negá-lo por meio de uma posição ideológica divergente, definindo, conseqüentemente, o lugar desse *alter ego* no espaço discursivo. Por exemplo, as FD que permeiam o regime escravocrata têm seu *alter ego* com o surgimento do regime republicano e ainda são atravessadas por discursos universais presentes na cultura greco-romana. Os conceitos de raça e direitos étnicos que existem em diferentes momentos históricos integram seu inverso, que surge com os movimentos negros, negando preconceitos e afirmando direitos.

É por essa razão que se concebe o primado do interdiscurso sobre o discurso, pois o interdiscurso é o que possibilita o surgimento, a recepção e a circulação do discurso, no que concerne à FD.

3.3. Formação discursiva e **interincompreensão**

A Formação discursiva (FD) e o discurso são construções abstratas que remete a outras características do próprio discurso, como, por exemplo, a gênero, à cenografia, à cena e, sobretudo, à relação entre enunciados por sua íntima relação com o interdiscurso. É ela que determina aspectos ideológicos, sociais e políticos de um conjunto de enunciados historicamente determinados.

Ao definir FD para respaldar a arqueologia e o saber discursivos, Foucault (2005a) assevera que o analista não deve pautar-se apenas em *cadeias de inferências* ou *quadros de diferenças*, mas em *sistemas de dispersão*, ainda que os primeiros estejam imbricados no sistema.

No caso em que puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre

*os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (**objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas**). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) de uma dada repartição discursiva. (FOUCAULT, 2005a: 43)⁵⁸*

As *regras de formação* são analisadas, a partir desses quatro elementos, diretamente ligados a quatro hipóteses em relação à FD, grosso modo:

1. *os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto; [...]*
2. *É preciso definir, individualizar e caracterizar um grupo de relações entre enunciados dispersos, sua forma e seu tipo de encadeamento (coexistências, heterogeneidade, repartição, transformação, substituição etc); [...]*
3. *Não é possível traçar uma arquitetura conceitual paradigmática aplicável dedutivamente aos demais, é preciso analisar o jogo de seus aparecimentos e dispersões de conceitos permanentes e coerentes e [...]*
4. *Identidade e persistência dos temas: para reagrupar, descrever seu encadeamento e explicar as formas as quais eles se apresentam (FOUCAULT, 2005a:30-40)*

Daí, temos:

Quadro XI – Regras de Formação Discursiva

| REGRAS DE FORMAÇÃO DISCURSIVA: CATEGORIAS E REFLEXÕES | |
|---|---|
| DOS OBJETOS | <ul style="list-style-type: none"> • Demarcar <i>as superfícies de emergência</i> do objeto e seu <i>status</i>; • Descrever <i>instâncias</i> de delimitação; • Analisar <i>grades de especificações</i> por associação, agrupamentos, classificações, derivações etc; • Verificar Condições de produção; • Analisar a Relação da prática discursiva com um campo institucional da exterioridade; • Delimitar o espaço das relações discursivas que emanam do objeto, podendo ser: primárias (reais); secundárias (reflexivas) e própria e especificamente discursivas. • Avaliar o feixe, as redes semânticas, das práticas discursivas, pois as relações discursivas não são internas nem externas. |
| DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS | <ul style="list-style-type: none"> • Status/papel social, histórico, político, cultural e linguístico dos enunciadores; • Lugar institucional dos enunciadores; • Situação dos sujeitos em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos; |

| | |
|--------------------------------------|---|
| DOS CONCEITOS | <ul style="list-style-type: none"> • Descrever a organização do campo dos enunciados em que aparecem e circulam, a partir de um nível pré-conceitual; • Compreender a organização em suas formas de sucessão, disposição e correlação enunciativa, os diversos tipos de enunciados e os esquemas retóricos que os combinam; • Analisar a configuração do campo enunciativo e a coexistência de um campo de presença, um campo de concomitância e um campo enunciativo no domínio da memória; • Definir procedimentos de intervenção (técnicas e métodos de análise) de conceitos; |
| DAS ESTRATÉGIAS (temas e teorias) | <ul style="list-style-type: none"> • escolhas teóricas dependem dos objetos, das modalidades enunciativas e dos conceitos; • algumas direções possíveis seriam: determinar pontos de difração ou de ligação; descrever as instâncias específicas; estabelecer relações lógicas de delimitação; • escolhas teóricas dependem também da <i>função</i> que exerce o discurso em um <i>campo de práticas não discursivas</i>. |

Adaptado de Foucault Arqueologia do Saber (2005a)

Maingueneau (2008a), por sua vez, considera a FD uma questão polêmica, porém a analisa a partir de conceitos de Foucault (2004, 2005a e 2005b) e Pêcheux (1975), reconhece o primado do interdiscurso para a análise da rede semântica a partir de três faces discursivas inseparáveis, cuja relação seria delimitada por sua alteridade. Para tanto, compreende o termo “interdiscurso” pela composição da seguinte tríade (Quadro):

Quadro XII – Tríade do Universo Discursivo

| | |
|----------------------------|---|
| <i>Universo discursivo</i> | conjunto heterogêneo e finito de formações discursivas, não mensurável em sua globalidade, delimitado por campos discursivos. |
| <i>Campo discursivo</i> | subconjuntos de domínios discursivos, que concorrem para a formação discursiva (FD) e para o universo discursivo. |
| <i>Espaço discursivo</i> | Subconjuntos discursivos de interações, delimitado por relações analíticas, de acordo com delimitações histórico-linguísticas relacionadas ao âmbito enunciativo. |

Adaptado de Maingueneau (2008a)

A linguagem é enredada por posições enunciativas quase sempre antagônicas. É por essa razão que se concebe o primado do interdiscurso sobre o discurso, pois aquele é o terreno que possibilita o surgimento, a recepção e a circulação deste no que concerne à FD, ainda que não seja fácil admitir que, para a manutenção de um discurso, seja imprescindível a configuração de uma interdiscursividade.

Retomando o tema “discurso da negritude” e o associando à FD, apenas para exemplificar o nível de abstração que demanda essa concepção, não é simples dizer qual seria a FD relacionada ao tema, simplesmente porque a FD emana do *corpus*, como documento presente numa ordem sincrônica e diacrônica de sentidos. Somente a análise efetiva levará à descoberta da(s) formação(ões) discursiva(s), contudo, se pensarmos em “discurso da negritude”, a partir de uma perspectiva política associada ao Movimento Negro no mundo, teremos uma FD política *pan-africana*, mas essa FD não é a mesma nos Estados Unidos, na Europa, na América ou na África, uma vez que essa formação é atravessada por interdiscursos, que se interpõem à questão.

Do mesmo modo, o *discurso da negritude* no universo literário não é o mesmo em Jorge Amado, Mia Couto ou Aluísio Azevedo, embora sejam ambos perpassados por ténues interfaces aproximativas, que subjazem das origens africanas. A partir dessas reflexões, apropriamo-nos e expandimos um dos exemplos utilizados por Munanga (2012)⁵⁹ sobre as diferentes acepções do termo *negritude* no que concerne aos Estados Unidos, em que cita o autor Langston Hughes, “o Pai da Negritude e o representante do movimento conhecido sob o nome de Renascimento Negro” (46), que não fugiu de suas origens ou de sua realidade para contestá-la, permanecendo na América num combate cotidiano, onde escreverá: *Eu também sou a América [1]*, verso utilizado por Munanga (2012). E resgatando o poema inteiro a título de exemplificação da aplicação teórica do que dissemos até agora, temos:

Quadro XIII – Recorte comparativo

| [1] EU SOU A AMÉRICA | [2] VENCIDOS E DEGENERADOS |
|---|---|
| <p>I, TOO. By Langston Hughes</p> <p>I, too, sing America.</p> <p>I am the darker brother.</p> <p>They send me to eat in the kitchen</p> <p>When company comes,</p> <p>But I laugh,</p> <p>And eat well,</p> <p>And grow strong.</p> <p>Tomorrow,</p> <p>I'll be at the table</p> <p>When company comes.</p> <p>Nobody'll dare</p> <p>Say to me,</p> <p>"Eat in the kitchen,"</p> <p>Then.</p> <p>Besides,</p> <p>They'll see how beautiful I am</p> <p>And be ashamed—</p> <p>I, too, am America.⁶⁰</p> | <p>"Terra perdida!</p> <p>E o pior é que os maranhenses, pelo que mostram foram do berço, refestelam o íntimo com belíssimos adjetivos com que os distinguem todos, os quais enaltecem a educação que recebem aqui"</p> <p>"Tratáveis!"...Que escândalo!. Nesta terra contam-se os indivíduos tratáveis. Como o que domina é a lei da apuração do tipo étnico, cada qual procura <i>destilar-se</i>, e parra o conseguir, para que os mais fiquem convencidos de que o homem é na realidade, um nobre, ou coisa que com nobreza muito se pareça, usam de expedientes tão baixos, tão ridículos, tão deprimentes do próprio ser, que quem os observa, com espírito calmo e refletido, conclui, pelos fatos, que está em frente de um cretino, ou de um idiota.</p> <p>"Fingir indiferença completa pelos transeuntes, fugindo-lhes aos cumprimentos, para se não baratearem em conhecimentos vulgares, fingir que não conhecem pobretões, os mal vestidos que lhe vêm ao encontro, são prejuízos, fazem parte da teoria geral de apuração do tipo étnico.</p> <p>"Lembro-me, agora, que sacudo com boa disposição de ânimo estas tacadas no pelo desta alimária de chotão, que são os ignorantes orgulhosos, das palavras do inesquecível João Olivier, o idolatrado cronista tão cedo roubado às letras pátrias:</p> <p><i>Desconfia, leitor resignado e inexperiente da vida, desconfia do teu patrício insipiente, que não sufoca na garganta, que não tapa na boca a palavra – negro! que ele atira como insulto à cara do carregador que lhe levou a mala de um domicílio a outro, porque o proprietário o obrigou a mudar, por se ter atrasado nos pagamentos e porque o fiador não lhe garante a seriedade por mais dois meses.</i></p> <p><i>A ironia destas palavras vale por muitas páginas(...)</i> (MORAES, 2000:214-5)</p> |

⁶⁰ Disponível em: http://allpoetry.com/poem/8495545-I_Too.-by-Langston_Hughes. Acesso em: 10 abr. 2013.

Em [1] temos um discurso literário contestatório, que faz parte do universo do discursivo político da *Negritude*, ou seja, que faz parte de uma FD política relacionada intimamente ao “Movimento Negro” nos EUA, que teve guerra de secessão e ainda tem embates e preconceitos latentes que advêm de questões interraciais; do campo discursivo, por sua vez, depreendemos o discurso racial do manifesto de inclusão, expresso por todas as vozes que ecoam no poema na construção do espaço discursivo e pelos termos “too” e “dare”, Eu *também* sou a América e Ninguém ousa, que se contrapõem ao discurso racista imposto pela América branca, cujo símbolo Tio Sam, explora um patriotismo que não inclui o negro, ainda que a imagem tente evocar Abraham Lincoln, como alguns insistem em dizer.

No deslizamento semântico da expressão *Ninguém ousa* está relacionado *Eu tenho direito de/ Ninguém poderá me impedir de*, de sorte que, nas entremezes do espaço poético, verificamos embates maiores de ordem político-social. Dessa resistência, emana o que consideramos ser o *discurso da negritude*.

Em [2], igualmente, encontramos essa resistência, esse afrontamento social na voz do negro, que se assume negro, inclui-se na sociedade (maranhense) e a critica. Essa FD, também política, insere-se *no universo do discurso* político do processo pós-republicano, em que os embates sociais e raciais advindos da escravidão ainda permanecem. *O campo discursivo* também é demarcado pelo discurso racial do manifesto de inclusão e indignação. O(s) espaço(s) discursivos [“Terra perdida!”, [os maranhenses], [o berço], [esta alimária de chotão] reiteram não somente o espaço social, mas incorporam os espaços de embates sociais e a indignação com relação a diferenças sociais nas estratégias construtivas do dizer com a utilização de aspas, exclamações e negritos (responsáveis pelo tom do discurso). Ao destacar em negrito as palavras apuração, homem, nobre, nobreza e negro, o enunciador dá destaque aos conflitos étnicos pelos quais passavam a sociedade.⁶¹

A comparação entre ambos os discursos serve também para demarcar a presença do *discurso da negritude* no Brasil antes mesmo dos movimentos artísticos negros norte-americanos e europeus, pois as concepções *de negritude e pan-africanismo*, como vimos no capítulo I, surgem a partir de 1930 na França. *Vencidos e Degenerados* foi publicado em 1915 e toda enunciação ocorre após a libertação dos escravos e início da República. Os estudos da crítica literária, que resgatam a História da Literatura afro-brasileira, não somente tiram do ostracismo autores negros, mas também resgatam discursos precursores de resistência à dominação cultural, social, política etc. Comprovamos, assim, que há um *discurso da negritude* que revela uma das facetas da discursividade afro-brasileira.

Maingueneau (2008a:19) defende que “é preciso pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação”, ou seja, o discurso em

61 Explanaremos melhor esse aspecto no último capítulo dedicado à análise do discurso literário do romance.

seu caráter processual, de sorte que, para elencar algumas possibilidades analíticas, é preciso considerar hipoteticamente que a relação interdiscursiva ocorre por meio da interação de redes semânticas reguladas por uma *interincompreensão*. Assim, Maingueneau (2008a) sobrepõe a interdiscursividade ao que Foucault (2004, 2005a e 2005b) considera discurso e propõe que, para analisar essa rede *interincompreensiva* estabelecida em nível enunciativo, é necessário tripartir o termo *discurso*.

A tríade organiza-se em camadas, de modo que *o universo discursivo* seria o macrouniverso, onde estão inseridas as FD globais, de extensão máxima, que se relacionam à determinada conjuntura ou temática, a partir da do qual se depreendem outros domínios que poderão ser delimitados em *campos discursivos*, cujas relações diversas levam à delimitação de *espaços isolados*. (MAINGUENEAU, 2008a)

Em razão disso, poderão ser verificados também discursos paralelos, transversais, embates ou rupturas que poderão corroborar a semântica global discursiva, embora o autor os apresente didaticamente, de forma hierárquica. Nem sempre tais elementos são depreendidos de forma organizada, no entanto, para o âmbito de nossas análises, temos compreendido esses elementos como inseridos em universos interpolados, nos quais

o espaço discursivo é considerado como processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido do enunciado do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno.
(MAINGUENEAU, 2008a:99)

É por meio da *interincompreensão* que ocorre a compreensão, a qual se dá de forma processual, formada também pelas relações ideológicas de controle e poder presentes na sociedade e no discurso. Consideramos que essa interincompreensão é global, uma vez que, no exemplo dado, há uma interincompreensão imanente entre os discursos, que formam parte do embate abstrato e concreto entre o Movimento Negro e a parcela racista da sociedade norteamericana, e há a interincompreensão do leitor frente ao texto, que só se apropria do dizer, ao analisar o já-dito, em seu nível metafórico.

Facetas de um itinerário: cena genérica, cena englobante e cenografia

As definições de FD conjugadas com a noção de situação de enunciação, apresentadas no quadro abaixo, servirão de categorias para análise e para desvelar alguns

aspectos da interdiscursividade que formam parte do nosso *corpus*.

Quadro XIV – Planos enunciativos e situações de comunicação

| | | |
|---------------------------------|-------------------------|------------------------|
| PLANO DO ENUNCIADO ELEMENTAR | Situação de enunciação | Situação de locução |
| | Enunciador/coenunciador | Locutor/alocutário |
| | Não-pessoa | Delocutor |
| PLANO DO TEXTO | Situação de discurso | |
| | Ponto de Vista Externo | Ponto de Vista interno |
| | Situação de Comunicação | Cena de enunciação |
| | | Cena englobante |
| Cena genérica | | |
| | Cenografia | |

Adaptado de Maingueneau (2010:207)

O estabelecimento ou discernimento de uma FD ocorre de forma que essas categorias tracem uma espécie de itinerário discursivo, as quais perpassam as razões do universo, campo e espaço discursivos e se interseccionam com a *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*, a partir da observação do objeto. (FALTA CLAREZA)

Essa análise, todavia, impõe a necessidade de vislumbrar que todo discurso apresenta enunciadores, coenunciadores e co-enunciadores. Esses elementos são responsáveis pela constituição simbólica das relações de sentido.

É na cena englobante que o analista situa o tempo e o espaço discursivo para, aí, apoiar suas escolhas teóricas, relacionando o discurso à sua tipologia. A cena genérica é construída socialmente por meio da constituição do gênero, sua estrutura, seu meio de divulgação e seu estilo. Na conjugação da cena englobante com a cena genérica constrói-se uma cenografia, cuja arquitetura se compõe no processo de interação associado aos domínios socioculturais, incluindo o histórico, o filosófico, o psicológico e as dimensões possíveis organizadoras de uma sociedade.

É a cenografia que revela as verdadeiras redes semânticas do discurso, daí se depreendem os deslizamentos semânticos, as limitações, as rupturas e as transformações. Foucault (2005a:75) chama essas redes de “encenação fantasmática”, elemento necessário para a observação das possíveis posições dos interlocutores dentro do discurso.

No discurso do enunciador presente em Hughes [1], anteriormente utilizado, por exemplo, temos uma *cena englobante* literária pertencente à FD do *Movimento Negro Norteamericano*. Ainda que faça parte do discurso literário, pertence à literatura de

contestação, inclusive, pelas condições sócio-históricas de produção. A *cena genérica* concretiza-se de forma poética. A *cenografia* se consubstancia em *Manifesto de Contestação* de um enunciador excluído socialmente, que se autodenomina “darker brother”,⁶² cria uma imagem de um sujeito discursivo que, por sua vez, remete a outros sujeitos históricos. A essa estratégia de constituição semiótica de uma imagem de um sujeito, a AD dá o nome de *ethos discursivo*.

3.5 Ethos e identidade: interstícios discursivos

Antes de conceituarmos *Ethos discursivo*, cabe retomar algumas questões relacionadas à *situação de comunicação* e à subjetividade discursiva. Cumpre diferenciar, dentro do possível, subjetividade, *ethos* e identidade no universo linguístico.

A subjetividade é a presença do sujeito no ato de comunicação, é a manifestação de um sujeito que é psicossocial e histórico-cultural. Já *ethos* é a construção de uma imagem ou de múltiplas imagens desses sujeitos, que variam de acordo com a perspectiva e o objetivo comunicacional em determinadas condições de produção e em dada delimitação de análise, enquanto a identidade é a manifestação simbólica de um sujeito ou um grupo de sujeitos socialmente, ou seja, a identidade contém a subjetividade e o *ethos*, enquanto esses últimos, por sua vez, estão contidos de identidade. Embora sejam aspectos diferentes que emanam de uma FD, estão intimamente relacionados.

Como já dissemos das relações discursivas emanam relações de sentido, cuja origem e apreensão dá-se de acordo com a situação de comunicação. No entanto, para que exista uma FD e se estabeleça essa relação de sentidos é condição *sine qua non* que haja algum processo de interação.

A consideração da presença do sujeito no processo de elaboração lógica da linguagem é um dos cerne tanto da AD, quanto das teorias que surgem com o advento da Pragmática. Tanto Foucault (2005) quanto Maingueneau (1996, 1997, 2001, 2006, 2008, 2008a e 2010) chamam de *enunciadores* os interagentes do processo comunicacional. Entretanto, cumpre diferenciar a utilização do termo tomado emprestado da Teoria da Enunciação, pois é na diferente forma de conceber a subjetividade da linguagem que está a nuance teórica de utilização de tal terminologia.

Consoante Orlandi (2001), há uma proximidade entre os campos de conhecimento da *enunciação*, *pragmática*, *argumentação* e *discurso*, porque têm em comum referir-se à linguagem relacionada à sua exterioridade. Entretanto, é relevante distinguir os fatos, os métodos e as teorias, ainda que a Pragmática possa ser considerada abarcadora da enunciação, da argumentação e do discurso.

62 Obviamente, para analisar as nuances do *discurso da negritude* que impregnam o discurso na cena genérica seria necessária uma análise maior, a partir das categorias aqui citadas, percorrido este que seguiremos no *corpus*.

Do ponto de vista dos fatos, há muito em comum, na medida em que todos esses campos, pelo modo como consideram a linguagem, distinguem-se de uma abordagem linguística imanente. No entanto, há diferenças bastante nítidas entre eles. A maneira como concebem o sujeito (na enunciação, o sujeito é um sujeito origem de si; na argumentação o sujeito é o sujeito psico-social; na Análise do Discurso, como vimos, o sujeito é linguístico-histórico, (constituído pelo esquecimento e pela ideologia) e o modo como definem o exterior (na pragmática o exterior é o fora e não o interdiscurso) marcam diferenças teóricas, de distintos procedimentos analíticos, com suas consequências práticas diversificadas. (ORLANDI, 2001:91)

Contudo, se, por um lado, temos instauradas diferenças observáveis, em relação aos sujeitos na situação comunicacional dentro das teorias que analisam o processo enunciativo, por outro, essa questão não é tão simples assim. Concordamos com a estudiosa quando diz que o sujeito linguístico-histórico relacionado aos interdiscursivos imanes é o que diferencia a AD dos demais, independentemente da utilização dos termos enunciadores/co-enunciadores; mas, discordamos que a exterioridade da Pragmática difira totalmente da AD, pois consideramos que o exterior, na AD, é o interdiscurso, mas é também a coadunação histórico-linguística de uma aproximação com o real.

Do mesmo modo, consideramos que a questão da subjetividade é maior e para verificar os efeitos de sentido, é importante analisar as condições sócio-históricas de produção, ou seja, como era analisado o sujeito pela Filosofia e pela Psicanálise, quando do surgimento da AD na França, pois, ainda que o sujeito analisado pela AD não seja o sujeito psicológico, algumas noções sobre sujeito, como personalidade se refletem, sem dúvida alguma, no pensamento dos estudiosos, inclusive, pela interdisciplinaridade de alguns estudos psicanalíticos que se voltam para a interpretação do simbólico na linguagem. Na época de Saussure (2012), Freud (1996) desenvolvia os estudos sobre o inconsciente, a interpretação dos sonhos, *o id e o ego*, na época de Benveniste (1991), Lacan (1966), por sua vez, retomava a questão do sujeito freudiano associado à linguagem, reafirmava a dualidade do sujeito e considerava que o *inconsciente é o discurso do Outro*, esse *grande Outro* que representa o simbólico na linguagem, a partir do qual é possível depreender “formações do inconsciente”. Na medida em que os estudos sobre o “ser” avançam, os estudos da linguagem consideram também sua presença e é na relação entre um “eu” e um “outro” que o discurso se impõe, admite a presença de enunciadores e considera o processo interacional.

Os *enunciadores* não são equivalentes aos sujeitos empíricos, muito menos é de responsabilidade da AD averiguar seu inconsciente. Entretanto, é importante situar, de certo modo, a maneira como o sujeito pode ser interpretado para compreender possíveis correlações implícitas. Claro está que *formações discursivas* não são *formações do inconsciente*, porém, sem dúvida alguma, formações inconscientes incomensuráveis

perpassam as formações discursivas, sem que nos demos conta.

Além disso, essa cisão do sujeito psicanalítico, bem como a pluralidade de vozes, proposta por Bakhtin (2003), por exemplo, são relevantes para que possamos avaliar a valorização do interdiscurso e possamos retomar as questões colocadas por Foucault (2005a) em relação à descontinuidade simbólica dos enunciados.

Consideramos que enunciadore (eu ou tu) /coenunciadore (eu-tu) /co-enunciadore (eu-ele) ou agente do discurso são “sujeitos” que procedem do discurso, os quais podem ser representado por uma coletividade anacrônica, por um grupo ou por um sujeito histórico específico etc. De qualquer forma, será a análise das relações de sentido, que determinará os interlocutore, não sendo, necessariamente, os sujeito explicito os autore ou porta-voze do discurso.

Os agente do discurso estão intimamente relacionado às posições e aos lugares do dizer no discurso, ou seja, *aquele que fala, aquele a quem se dirige o dizer e aquele que é o assunto do dizer*, alternando os papéis enunciativo, que tanto podem vir marcado linguisticamente, quanto podem ser demarcado histórico-socialmente. Maingueneau (2010) lembra ainda da *não-pessoa* estudada por Benveniste, que permite uma referência anafórica, sem necessariamente, relacionar-se ao sujeito enunciativo.

A cisão do sujeito, todavia, não é assunto de interesse recente, uma vez que a Retórica Antiga já se ocupava dessa questão ao analisar *retor, auditório e estratégias retóricas*, a partir da qual também surge, originariamente, outra questão associada à subjetividade do discurso, que é a noção de *Ethos*.

Na Retórica Clássica, o “sujeito” na construção da linguagem apresenta-se nos estudo de Aristóteles (2000) por analisar a linguagem a partir do *logos*, do *ethos* e do *pathos*, em que o *ethos* é uma construção do *retor* para persuadir ou convencer o auditório. Consta-se que, assim, a Filosofia Clássica já se preocupava em pensar sobre a linguagem e o “sujeito”, bem como, sobre a relação entre o pensar e a linguagem.

Já a Neo-Retórica/Nova Retórica, representada por Perelman (1996), aparentemente, não dá ênfase a esse aspecto, com o termo “*ethos*” explicitado, detém-se no “*logos*”. Todavia, uma leitura acurada denota que, ao tratar “dos âmbitos, do ponto de partida da argumentação e das “técnicas argumentativo”, os estudo se remetem ao *ethos*, ao *logos* e ao *pathos*, à medida que apresentam os diferente estratégia utilizado na composição dos argumento discursivo e resgatam aspecto relevante da Retórica Clássica. E é possível perceber que o *ethos*, nesse sentido, como representação do *retor*, gera determinadas caracterizações por parte dos ouvinte, de acordo com a mobilização do *pathos*.

O *ethos* como caracterizador de uma subjetividade da linguagem é entendido como construção discursiva que pode apresentar-se tanto de forma enunciativa intencional quanto de forma social, por ser uma imagem instituída por ideologias, crenças e valores. E essa construção parte de um ser empírico situado em um *topos* determinado,

e é parte constituinte do discurso a partir do momento em que a situação comunicativa é estabelecida e/ou idealizada.

Pensar nesse *ethos*, de certo modo, é refletir sobre a manifestação do “sujeito” no processo discursivo, um “sujeito” que deixa suas marcas no texto, atua no processo de interação e constrói as manifestações discursivas que possibilitam que se pronuncie como identidade social e interaja com outros sujeitos. Ao mesmo tempo, essa interação cria e recria a própria linguagem que atualiza valores sociais, instaura e mantém o poder social; que, por sua vez, constrói e reconstrói ideologias. Os sujeitos criam o discurso e podem assujeitar-se a ele, de tal modo que certos papéis sociais estabelecem instâncias discursivas e identificam instituições.

A rigor, na Retórica Clássica, Aristóteles (2000) apresenta a argumentação como uma Arte composta por elementos heterogêneos e múltiplos que formam uma tríade composta por *ethos*, *logos* e *pathos*. Essa tríade articula-se na rede de relações discursivas para que o orador atinja seu objetivo principal que, via de regra, é instruir (*docere*), comover (*movere*) ou agradar (*delectare*) com o objetivo recorrente de fazer uso de argumentos que possam convencer ou persuadir o auditório. A articulação entre esses elementos é intrínseca e extrínseca, à medida que o *retor* tem de conhecer o auditório e as condições em que serão proferidos os argumentos para elaborar seu discurso.

As relações lógicas estabelecidas a partir do (re)conhecimento do auditório interferem na escolha do gênero a ser adotado seja deliberativo, judiciário ou *epidíctico*, e na postura que o orador vai assumir linguisticamente para mobilizar o *pathos* do auditório e, assim, conseguir sua adesão. Se, por sua vez, o *pathos* se concretiza nas reações que o discurso provoca no auditório, o *ethos* é uma construção linguística criada para esse fim. Assim, o *ethos* não tem, em essência, uma similitude à pessoa do orador, mas é uma representação criada no discurso, a partir de dada situação discursiva, chamada de instância retórica.

Em determinada instância retórica, o *ethos* assume a verossimilhança pertinente ao objeto do discurso e assume características pertinentes aos recursos linguísticos utilizados no ato de linguagem do gênero a que se presta. Assim, tanto a subjetividade, a parcialidade discursiva e os valores de ordem social, podem estar presentes, implícita e não necessariamente, na figura do *ethos* que se constrói e se apresenta no discurso.

A AD, como uma metodologia analítica da linguagem recupera e amplia a aplicação de algumas categorias retóricas para entender e estudar as estratégias de processamento discursivo. Maingueneau (2001:137) chama a atenção para a “problemática do *ethos* retórico”. A retórica antiga compreendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferem implicitamente, por sua maneira de dizer: não o que o dizem explicitamente sobre si próprios, mas a personalidade que mostram por sua maneira de se exprimir. Aristóteles (2000) esboçou uma tipologia que distingue a “*phronesis*” (parecer ponderado), a “*eunóia*” (dar uma imagem agradável de si) e o “*areté*” (apresentar-se como um homem simples e sincero). A eficácia desses *ethé* está, precisamente,

vinculada ao fato de que, de certo modo, eles envolvem a enunciação sem serem explicitados no enunciado.

Essa primeira impressão, reduz-se ao posicionamento dos oradores, enquanto na atualidade, a noção de *ethos* amplia-se para dar corporeidade às inúmeras possibilidades de interpretação dos posicionamentos dos sujeitos dos discursos e suas imagens.

O *ethos*, em especial, é resgatado pela AD, uma vez que, ao admitir o dialogismo textual e a interferência das condições de produção no processamento discursivo, as novas concepções de estudo do discurso e da linguagem, de um modo mais amplo, admitem que no discurso interagem o *ethos* do autor e o *ethos* do público a que se dirige o discurso, que também vão sofrer interferências de uma polifonia que tem a ver com os conhecimentos prévios de ambos. Essa intersubjetividade é o que Maingueneau (2001) chama de incorporação.

Essa materialização do *ethos* dá-se mediante a organização discursiva que prevê seus efeitos no interlocutor. O *ethos* é uma criação do enunciador para conseguir a adesão do público a uma determinada prática discursiva, de acordo com o objetivo a que o gênero se propõe.

Nessa perspectiva, as condições sócio-históricas de produção permitem ao interlocutor receber uma mensagem, que cria determinadas representações, que poderão levar a adesão ou não. Essas representações são construídas pelo processo de enunciação entendidas como *cenar da enunciação*. As cenas da enunciação estão no mundo das ideias e constituem uma instância subjetiva em que o *ethos* se instaura como fiador daquilo que foi dito.

O universo de sentidos propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo *ethos* como pelas “ideias” que transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em uma experiência vivida. (MAINGUENEAU, 2001:99)

O *ethos* institui um “caráter” e uma “corporalidade” ao que é dito, de acordo com o gênero e o público a que se destina. Maingueneau, em suas obras faz recortes de diferentes gêneros do discurso (literários, propagandas, guias turísticas, resenhas de filmes e uma carta de Mitterrand) para esclarecer as possibilidades de materializações de diferentes *ethos* que são tão heterogêneos quanto as cenas de enunciação que o enunciado propicia, porque “não podemos dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala” (MANIGUENEAU, 2001:99).

As cenas de enunciação, por sua vez, podem ser interpretadas sob nuances: *englobantes*, quando se reportam a uma situação que, de certo modo, é comum a todos; *genéricas*, que são construídas a partir do gênero; ou, ainda, *cenográficas*, construídas pelo enunciado, pela maneira como o *ethos* envolve o co-enunciador. As cenografias ainda podem ser apoiadas por cenas de fala, que fazem parte da memória coletiva e são validadas por uma voz popular.

Desse modo, a presença do *ethos* é percebida no discurso tanto por características linguísticas quanto por características sociais, históricas e culturais, de sorte que se diferencia daquilo que convencionalmente conhecemos como identidade, pois o *ethos* pode abarcar características identitárias do sujeito, ou ainda, pode negá-las, reinventá-las para construir uma imagem que tem por princípio conseguir a adesão ao discurso. Por isso, “o *ethos* deve ser percebido, mas não deve ser o objeto do discurso” (MAINGUENEAU, 2008c:14)

Emerge da construção semântico-discursiva e não de atributos psicanalíticos de um determinado locutor, até por que, tanto o locutor quanto o *ethos*, podem ser analisados sob variadas perspectivas, seja do ponto de vista do enunciador, do enunciatário, ou das condições sócio-históricas de produção, de sorte que a delimitação do *ethos* como categoria de análise é complexa e depende, assim, da perspectiva do analista. Consoante Amossy (2005:9),

todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências

“Imagem” entendida como uma representação metafórica evocada no e pelo discurso ou de suas estratégias construtivas, cujo aspecto semiótico maior é levar o interlocutor à adesão ao que foi dito e pode “facilitar e condicionar” a adesão, mas também pode dificultar. Maingueneau (2008) chama a atenção para o fato de que, na construção do *ethos*, concorrem características e fenômenos variados, visto que

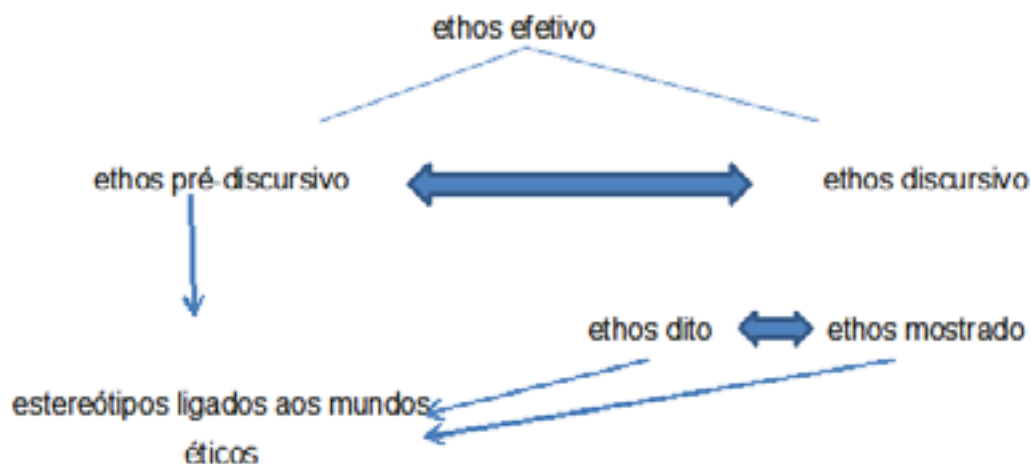
Na elaboração do ethos interagem fenômenos de ordens muito diversas: os índices sobre os quais se apoia o intérprete vão desde a escolha do registro da língua e das palavras até o planejamento textual, passando pelo ritmo e a modulação. O ethos se elabora, assim, a partir de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente. (MAINGUENEAU, 2008c:16)

Isso posto, a noção de *ethos* que é adotada pela AD, difere da Aristotélica, sem, todavia, apartar-se inteiramente dela, pois, se por um lado ainda a considera participante-responsável pelo processo comunicacional, sobretudo, no que concerne à adesão, por outro, na AD, essa noção permite avaliar o processo geral de adesão dos sujei-

tos, seja no âmbito oral ou escrito, porque “todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma “vocalidade”⁶³ que pode se manifestar numa multiplicidade de ‘tons’” (MAINGUENEAU, 2008c:18).

De fato, devido a esses “tons”, é complexa a análise do *ethos* e de seu papel na constituição discursiva. Para dar vazão à AD da presença ética no discurso, Maingueneau (2008c) afirma que tanto os aspectos psíquicos, que ele denomina de “caráter”, quanto determinações físicas, chamadas “corporalidade”, são atribuídos pelo destinatário e, ao mesmo tempo, “incorporados” por ele, que passaria a ser uma espécie de “fiador” do discurso desse *ethos*. Entretanto, para que o *ethos* efetivo seja analisado, seria importante principiar da interação do *ethos pré-discursivo* somado ao *ethos discursivo* (*dito e mostrado*), ambos ligados aos estereótipos dos mundos éticos, conforme o esquema reproduzido a partir de Maingueneau (2008c:19)

Figura 4. Esquema ético



A problemática de análise do *ethos*, porém, não está totalmente resolvida, porquanto o próprio Maingueneau (2008c) assume a dificuldade de análise do *ethos* em determinados discursos, como, por exemplo, o filosófico. Assumimos que, no âmbito literário, em que aspectos estilísticos concorrem para a originalidade e a polifonia da

63 A expressão “vocalidade” aparece em alguns teóricos da Análise da Conversação e da Enunciação. Associada à Literatura é utilizada fortemente por Paul Zumthor que em sua obra “A Letra e a voz: a ‘literatura’ medieval aproxima essa categoria à musicalidade poética medieval, ainda aproximada da oralidade. Maingueneau (2008c), por sua vez, não aproxima “vocalidade” e oralidade, aproxima-a do discurso no que concerne aos aspectos semânticos que um enunciado pode abarcar. A “vocalidade” pode sugerir cólera ou ironia, mesmo sem a presença de uma figura de linguagem, som ou pensamento.

obra, *o ethos* efetivo, talvez, nunca seja alcançado.

Impende assim, ao analista, instituir critérios que possam nortear seus objetivos para a análise de uma perspectiva ética e, do mesmo modo, incumbe a ele chamar a essa esta perspectiva de efetiva e analisar a correlação entre o pré-discurso e o discurso na intersemiótica de uma semântica global, ou seja, no “desenho” que a rede de significados vai criando e organizando.

Isso porque o próprio *ethos* na literatura se consubstancia numa criação aproximativa ou numa sublimação. Em razão disso, preferimos chamá-lo de *ethos verossimilhante*, que no âmbito literário adquire características hipertextuais e multifacetadas. Parece melhor pensar que o literário joga com os universos discursivos, semiótica e estilisticamente, multiplicando as camadas, as características ou as perspectivas éticas.

Por isso, não acreditamos em *ethos* híbridos pertencentes a gêneros híbridos em literatura, mas em *hiperethos*, pois é difícil dimensionar o *ethos* efetivo ou original, questão já revista por Maingueneau (2012).

O poema de Hughes [1], utilizado no início, traz todas essas nuances manifestadas discursivamente, em que *o ethos dito e mostrado* inserido nas condições de produção denota um *ethos*, que representa o homem negro que transgride os estereótipos do mundo ético em questão, toma a palavra e se insere na sociedade ao dizer “Eu também sou América”. Constitui, assim, um novo *ethos*, que sairá de uma condição social a outra, ocupará seu lugar social, “metaforicamente sairá da cozinha e participará do progresso”, ou seja, a FD contribui para a (re)criação e afirmação de *ethé*. Embora *ethos* e identidade sejam conceitos distintos, quando falamos de discurso da negritude, a identidade negra está quase sempre implícita, quando não está explícita, imbricada mesmo na imagem que o discurso reconstitui. No poema, *o ethos* ali representado atua como reflexo de um grupo social, atua como verossimilhante.

Em *Vencidos e Degenerados* [2] são muitos *os ethé* ou, para usarmos nossa classificação, são *hiperethos* variados, os quais poderiam ser analisados sob diferentes óticas. Poderíamos delimitar nossa análise apenas a uma parte da trajetória de um dos personagens, se optássemos pelo início, por exemplo, a FD seria àquela em que ainda havia resquícios da escravidão, analisaríamos o *ethos* do oprimido/dominado, fragilizado diante de sua situação, mas teríamos o Clube dos Abolicionistas e a casa de Maranhense como possíveis espaços discursivos, em que a resistência existia. Em contrapartida, se considerássemos que o recorte acima foi retirado do “Panfleto” escrito e proferido pelo Prof. Bento, teríamos:

Cena englobante: O discurso de um maranhense negro contra o declínio e as diferenças sociais em prol da luta por seus direitos.

Cena genérica: romance histórico-social.

Cenografia: ocorre, nesse recorte, em forma de manifesto. Temos aí o *ethos* do

negro porta-voz das desigualdades e da indignação contra a apuração do tipo étnico, o *ethos* que afiança seu “dizer” como se fosse testemunho e o *ethos* do intelectual que não quer que [não tapa na boca a palavra]. Esses são os *ethé ditos/mostrados*, que surgem a partir do *ethos* pré-discursivo do enunciador negro que, primeiramente, comemora a libertação e analisa a sociedade e depois assume sua negritude e luta por um espaço na República.

Nesse capítulo, em suma, tratamos de apresentar os componentes teóricos relevantes para a análise:

Quadro XV – Síntese do capítulo

| | | | |
|---|----------------------|-------------------|--------------------|
| ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA (AD) E SEUS AUTORES | | | |
| PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS | | | |
| FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD) E SUAS REGRAS | | | |
| <i>Universo</i> | <i>Campo</i> | | <i>Espaço</i> |
| <i>Discursivo</i> | <i>Discursivo</i> | | <i>Discursivo</i> |
| <i>Objetos</i> | <i>Modalidades</i> | <i>Conceitos</i> | <i>Estratégias</i> |
| PLANO DO ENUNCIADO/PLANO DO TEXTO | | | |
| <i>Cena englobante</i> | <i>Cena genérica</i> | <i>Cenografia</i> | |
| ETHOS EFETIVO + ETHOS DITO+ ETHOS MOSTRADO | | | |
| RELAÇÕES SEMÂNTICAS RESULTANTES | | | |

Esses elementos são responsáveis pela sustentação do discurso e pela análise da *paratopia* e da *proxêmica* de diferentes FD. São eles fundamentais para o entendimento da *constituência discursiva*, sobretudo, do discurso literário no Brasil, assunto dos próximos capítulos.